

HABEAS CORPUS Nº 494.543 - PR (2019/0050036-3)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : PAULO SÉRGIO TAGATA
ADVOGADO : PAULO SÉRGIO TAGATA - PR058994
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : MARINA PEREIRA CAYRES

EMENTA

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. IMPOSSIBILIDADE. INEXIGÊNCIA ILEGAL DE LICITAÇÃO. INÉPCIA DA DENÚNCIA. INOCORRÊNCIA. TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL. EXCEPCIONALIDADE NÃO VERIFICADA. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO.

1. Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal – STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça – STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal que justifique a concessão da ordem de ofício.

2. Em razão da excepcionalidade do trancamento da ação penal, tal medida somente se verifica possível quando ficar demonstrado, de plano e sem necessidade de dilação probatória, a total ausência de indícios de autoria e prova da materialidade delitiva, a atipicidade da conduta ou a existência de alguma causa de extinção da punibilidade. É certa, ainda, a possibilidade do referido trancamento nos casos em que a denúncia for inepta, não atendendo o que dispõe o art. 41 do Código de Processo Penal – CPP, o que não impede a propositura de nova ação desde que suprida a irregularidade.

3. A exordial acusatória descreve, ao menos em tese, a conduta clara e individualizada da paciente e dos corréus e em que consistiria os delitos de desvio de inexigência de licitação para contratação de escritório de advocacia fora das hipóteses legais.

Ao contrário do que sustenta a defesa, não se verifica de plano a aventada atipicidade da conduta, supostamente embasada na possibilidade de contratação direta de escritório de advocacia; uma vez que há indícios de que o escritório foi de fato contratado antes da instauração do procedimento para a dispensa de licitação e o empenho para o pagamento da primeira parcela se deu antes da homologação da inexigência e da assinatura do contrato administrativo.

4. As conclusões a que chegaram as instâncias ordinárias sobre a existência de justa causa suficiente para a persecução penal somente poderão ser porventura afastadas após profunda incursão fático-probatória, procedimento inadmissível na via estreita do *habeas corpus* e que somente será efetuado no bojo da instrução criminal.

5. *Habeas Corpus* não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do pedido.

Os Srs. Ministros Felix Fischer, Jorge Mussi e Ribeiro Dantas votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca.

Brasília, 30 de maio de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator